

# **Espaços de leitura**

*Patrícia Coelho\**

## **Resumo**

Este texto analisa o uso dos espaços destinados à leitura no Instituto de Educação, espaços escolares idealizados por Fernando de Azevedo, Inspetor Geral de Instrução Pública, para a formação de professores no Distrito Federal. Entre os vários educadores adeptos ao escolanovismo que atuaram nessa instituição, o foco desta análise recai sobre Carlos Delgado de Carvalho. Para esse mestre, de formação francesa, a leitura era muito importante para a aprendizagem de qualquer disciplina. Na Sociologia Educacional ministrada por ele, a sala de aula e a biblioteca eram os espaços apropriados para as atividades. O estudo da arquitetura desses espaços revela características da cultura material escolar da década de 1930.

**Palavras-chave:** Escola Nova; arquitetura; cultura material escolar; espaços e leitura.

A partir do século XIX, a escola passou a ter um espaço arquitetônico planejado exclusivamente para sua função maior: a transmissão de conhecimento. A análise de sua construção permite conhecer não apenas os objetos materiais, mas a historicidade que a envolve e seu uso em prol de um projeto educacional: “assim como o espírito não existe sem materialidade, a apropriação humana dos objetos também só tem sentido como algo subjetivo, espiritual (FUNARI, ZARANKIN, 2005:137)”. Logo, a cultura material escolar, composta não só pelo edifício, mas também pelos artefatos móveis, revela o ideário de seu tempo.

No Brasil, o movimento da Escola Nova por uma educação democrática tinha como uma de suas metas a construção de escolas com espaços projetados para novas práticas pedagógicas. Dentro dessa perspectiva, em 1928, o então prefeito do Distrito Federal, Prado Júnior, deu início às obras do prédio idealizado por Fernando de Azevedo, Diretor Geral de Instrução Pública, para abrigar a Escola Normal. A construção fez parte da política educacional empreendida por Azevedo, que defendia a necessidade de uma nova formação dos futuros mestres, pois só assim seria possível transformar a escola e, conseqüentemente, o país.

Entre os professores envolvidos nesse projeto estava Delgado de Carvalho. Educado na Europa, onde chegara a lecionar, via a leitura como fundamental para a aprendizagem de qualquer disciplina e trabalhou a fim de elaborar novos métodos, que envolvessem mudanças na técnica e no espaço.

O objetivo deste trabalho é analisar os espaços desenvolvidos para leitura no Instituto de Educação carioca, a fim de compreender a prática de leitura desenvolvida pelos escolanovistas, em especial Carlos Delgado de Carvalho, tendo como ponto de partida a compreensão de que “as coisas e objetos físicos e materiais da escola falam tanto, ou mais que as próprias palavras ou gestos do professor ou de crianças (HERNANDEZ DIAZ, 2002:225)”. Sendo assim, por meio da análise da arquitetura desses espaços, estaremos nos aproximando da cultura material escolar da década de 1930.

## **Instituto de Educação: um novo tempo na formação de professores**

Situado na Rua Mariz e Barros, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, o Instituto de Educação, quando inaugurado em 1930, era não só símbolo de um novo tempo na formação de professores, como também um exemplo de monumentalidade em arquitetura escolar: “sua fachada, projetada fora de escala humana, contrastava com o interior, ergonomicamente planejado. Pensado como representante do estilo neocolonial, o prédio se exibia geometricamente proporcionado (VIDAL, 2001:28)”.

Nas primeiras décadas da República brasileira, era evidente o principal problema nacional: a miséria nos latifúndios e nas favelas. Ao estudar o país, muitos viam, na educação, a solução, e surgiram propostas de mudança que envolviam desde a prática pedagógica até a construção de prédios escolares. Na gestão de Bento Ribeiro, no Distrito Federal (1910-1914), foi feito pela primeira vez um projeto completo de construção de edifícios escolares: os prédios antigos eram, em sua maioria, alugados e inadequados à prática escolar, e os edifícios próprios foram construídos no Império.

Na década de 1920, os problemas continuavam sem solução. Muitos educadores se mobilizaram, na Associação Brasileira de Educação, e construíram o movimento da Escola Nova, com o objetivo de proporcionar reformas educacionais em seus estados. Em comum, havia a crítica ao sistema educacional da época: a rede pública estava longe de alcançar a maioria da população. Atendia apenas a elite, com uma formação propedêutica de conteúdos formalistas.

No Distrito Federal, o Prefeito Prado Júnior (1926-1930) confiou ao Diretor de Instrução Pública, Fernando de Azevedo, a reforma educacional. O educador tinha como proposta a nacionalização do ensino, adaptando o indivíduo à sociedade de forma que ele passasse a ser útil ao país: “o escolar era preparado para cumprir seus deveres cívicos, a partir de sua inserção no

mercado de trabalho, possibilitada e aprimorada pela educação... (VIDAL, 1994:36).” Contudo, Azevedo enxergava nas diversas influências estrangeiras trazidas pelos imigrantes um empecilho a esse objetivo. Sendo assim, era necessário criar maneiras de reforçar a figura nacional.

A arquitetura escolar cumpriu um importante papel. Para Escolano (1998), essa é uma forma de escrita no espaço, capaz de divulgar valores por meio de sua materialidade. Neste sentido, a escolha de um estilo arquitetônico para a construção de prédios escolares é capaz de mostrar o ideário de quem o concebe. O estilo neocolonial, adotado não só no Instituto, mas em outros prédios do Rio de Janeiro, tinha a intenção de divulgar os valores de Fernando de Azevedo. Para valorizar a brasilidade, Azevedo fez opções: “os estilos clássicos foram assim preteridos a favor de um novo estilo, o mais característico, que buscava seus modelos nas tradições do passado luso-brasileiro, e não mais nos estilos europeus até então em voga (SISSON, 1990:72).” O nacional passava a ser mais importante do que o universal; era necessário *cultivar a nossa personalidade*, pois para esse educador havia o perigo de a pátria desaparecer sob a influência estrangeira.

A implantação de um único estilo nos prédios escolares também era forma de propaganda dos novos valores introduzidos pela reforma, sendo importante para estabelecer uma diferença em relação ao passado. A escola deveria ser marcada como um espaço totalmente diferente na cidade, um lugar para técnicos. Para Vidal, a monumentalidade do edifício era capaz de projetar a força de uma nova categoria: os profissionais da educação. Para isso, Azevedo intervinha diretamente nos projetos, não permitindo que nada fosse executado sem a sua aprovação, chegando inclusive a estabelecer isso no decreto 3281, de 23 de janeiro de 1928<sup>2</sup> (VIDAL, 1994:42).

O Instituto de Educação foi construído com espaços reservados para as novas práticas pedagógicas, que tinham a intenção de modificar a cultura escolar existente. Por meio da análise da arquitetura desses espaços, é possível compreender e identificar aspectos desta, ainda que complexa e mutante.

Fernando de Azevedo propunha um novo papel para o professor – o Instituto deveria, assim, gerar uma nova prática pedagógica. Para isso, foram projetados espaços inéditos nos prédios escolares. Estes, além de marcar uma ruptura com o passado, eram o registro da intervenção de Azevedo no domínio do professor: a prática na sala de aula. A forma como administrava seu espaço passaria a ser controlada por instruções detalhadas.

A construção do Instituto se adequava à nova função social da escola, que era a aproximação da comunidade para estabelecer o intercâmbio social:

(...) construído com três entradas: uma central, acesso à escola, destacada por escadaria; duas laterais, à esquerda dando ao teatro, à direita ao ginásio de esportes. As entradas independentes tinham como objetivo facilitar o acesso à comunidade das atividades ali desenvolvidas (VIDAL, 2001:28).

No teatro, projeções cinematográficas, e no ginásio, chás dançantes eram abertos ao público.

As novas bases do Ensino Normal incluíam também mudanças na parte propedêutica, como no ensino profissional. Para isso, o prédio abrigava as escolas primária, secundária e de professores:

As escolas secundária, primária e o Jardim de Infância, mantendo cada qual sua organização autônoma e direção privativa, eram apontadas como campo de experimentação, demonstração e prática de ensino aos cursos das Escolas de professores. As atividades das escolas giravam em torno das necessidades de formação para o magistério (VIDAL, 2001:30).

Neste sentido, a integração do espaço tinha importância, pois possibilitava o deslocamento, de forma que a observação se tornasse constante, facilitando a comunicação e aliando a teoria à prática.

Para a dimensão prática da parte propedêutica, também foram reservados espaços: laboratórios de química, física e higiene, além do

museu de História Natural. As salas foram programadas com degraus, formando vários patamares, que facilitavam a visibilidade das experimentações.

Outra preocupação era com o espírito higienista, tido como causa nacional – higienizar era libertar o povo de suas mazelas, tornando-o capaz de estudar e trabalhar. Assim, o projeto incluía grandes janelas, proporcionando ventilação e iluminação natural, de forma a garantir a saúde oftalmológica. Nos laboratórios de higiene, demonstrações sobre o assunto eram feitas.

A Reforma Fernando de Azevedo permitiu uma nova concepção do exercício da leitura praticado nas escolas cariocas. O educador fazia críticas à utilização dos livros pelos professores: “o livro imposto, que se lê por necessidade e se abandona com prazer, o fastio das leituras sem interesse, com que a escola transmite o desamor senão horror aos livros (VIDAL, 2001:30).” Para Escolano (1998), a arquitetura escolar é mais um elemento do currículo. Ainda que não esteja nos programas ou planejamentos da época, ela se manifesta em seu aspecto concreto como se fosse documento vivo, que nos revela um tempo passado. A biblioteca e os espaços reservados para leitura criados no Instituto revelam um novo olhar sob o processo de aprendizagem desta.

## **Espaços de leitura no Instituto de Educação**

Na década de 1930, os discursos da Escola Nova davam destaque à importância da aprendizagem e desenvolvimento da leitura nas escolas. Esses educadores analisavam a prática alfabetizadora de seu tempo como pouco interessante para o aluno, que aprendia apenas a ler sem ter sido despertado para o prazer da atividade. Pouco se investia para a criação de novos métodos adequados às crianças e pouca importância tinha esse processo no sistema educacional. Os exercícios feitos em voz alta, além de não respeitar o ritmo de cada aluno, eram feitos com textos pouco significativos e desinteressantes.

Nas propostas pedagógicas escolanovistas, a leitura deveria ser praticada de outra forma: o aluno, percebido em constante movimento, pedia uma nova atitude diante da aquisição do conhecimento, um novo envolvimento com o processo ensino-aprendizagem. Assim, a leitura não deveria ser apenas a prática da oralidade, na qual o professor fala e o aluno ouve. Nessa atividade, como em todo trabalho desenvolvido, deveriam ser levados em conta a mudança de espaço, de espírito e de opinião, para que o aluno pudesse se envolver com o conhecimento. Para superar o ensino verbal, os educadores sugeriam a leitura reflexiva e a pesquisa, a fim de que os alunos não recebessem o conhecimento pronto.

Anísio Teixeira, sucessor de Fernando de Azevedo no cargo de Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, prometia, já em seu discurso de posse, a continuidade do projeto de reforma:

A sedução que arrebatou Fernando de Azevedo, no seu ímpeto encantado de criação, cede agora lugar ao trabalho obscuro e penoso de adaptação e realização. A obra entrevista pelo sociólogo que gizou a nova orientação da política educacional precisa, agora, da contribuição de outros técnicos para vir a realizar-se, na progressão natural de seus estágios (VIDAL, 2001:57).

Assim, o educador foi o responsável pela aplicação de novas idéias na prática educacional. A leitura, para ele, tinha a função de democratizar o ensino, que antes era privilégio dos ricos. A cruzada alfabetizadora desenvolvida nas décadas anteriores deveria ser substituída, por ser limitante. No lugar dela, o aluno deveria aprender a fazer múltiplos usos da leitura, como o estudo, a recreação e a pesquisa.

Para Hernandez Diaz (2002), os objetos e a materialidade presentes na escola são capazes de revelar o que os governantes impõem à cultura da escola, que por sua vez é única em seu tempo e, portanto, só pode ser compreendida levando em conta o contexto à qual pertence. A arquitetura escolar faz parte dessa cultura e, ao

analisá-la, é possível perceber a ideologia de uma etapa política. A defesa de Anísio Teixeira da escola pública leiga e democrática pode ser identificada tanto na expansão do acesso à leitura como na orientação de equipar as salas de leitura. A perspectiva de democracia na educação, sua marca política, estaria na aplicação dessa prática, que passava a ser extensiva no acesso ao maior número de livros, pois só assim a experiência individual passaria a ser experiência coletiva.

A nova sensibilidade para a verdadeira literatura infantil não deveria ser uma opção, mas uma orientação a ser seguida obrigatoriamente pelos professores cariocas. O Programa de Linguagem, elaborado pelo Serviço de Programas Escolares e publicado em 1934, determinava as condições em que as escolas deveriam desenvolver a atividade. Seguindo estas orientações, a biblioteca deveria ocupar uma sala especial, com iluminação adequada e ambiente agradável, de forma que os alunos se sentissem confortáveis. As estantes deveriam ser envidraçadas, se possível, e de preferência embutidas na parede, onde os livros para as crianças menores deveriam ser arrumados nas prateleiras mais baixas e os dos alunos mais adiantados nas mais altas. Fora isso, o mobiliário deveria ter mesas com, pelo menos, duas alturas, cadeiras e um espaço livre para as crianças se sentarem no chão.

O Instituto de Educação<sup>33</sup> era um laboratório de aplicação dessas orientações. Em seu projeto arquitetônico, havia mais de um espaço reservado para a leitura: a biblioteca e as salas onde eram desenvolvidas diariamente atividades livres e dirigidas, integradas às disciplinas. Estudando esses espaços, é possível não só perceber a importância da leitura no projeto escolanovista, mas também compreender a dimensão prática da metodologia. Isso pode ser feito por meio da análise dos objetos constantes desses ambientes, visto que “os objetos das escolas não são neutros, são opções. Os elementos visíveis ou ausentes constroem relações entre todos os agentes, criando um determinado clima, propício para desenvolver a metodologia, como propõe Hernandez Diaz (2002 : 226).” Para o



autor, a etnografia recria o clima do passado, e por meio dessa análise se revela uma comunicação entre pessoas e objetos: “o trabalho do etnógrafo consiste em aclarar as relações desta complexa trama que com frequência adota formas microscópicas (2002 : 229).” A história dos objetos nos mostra a pedagogia de um tempo que não vivemos.

Os espaços de leitura do Instituto eram equipados com estantes abertas, o que mostra a preocupação com o livre acesso que os alunos deveriam ter aos livros, liberdade para democratizar a leitura. A ausência de trancas mostra o relacionamento que queria se estabelecer de afeto e desejo pelo livro, deixando para trás o tempo da obrigação. Na escola, eram feitas campanhas de conscientização não só da importância da leitura, como a necessidade de cuidado com os livros e a limpeza, além da responsabilidade com os empréstimos e o extravio. A liberdade de acesso também mostra o respeito à individualidade: desde a escolha até o silêncio que permitia que o aluno lesse em seu tempo, com livre interpretação, sem o discurso literário imposto pelos antigos métodos.

A coletividade tinha destaque no desenvolvimento do método. Em muitas salas havia mesas coletivas, que permitiam a troca de experiências. Após a leitura individual, eram feitas atividades como o preenchimento de fichas com os dados dos livros e o debate entre os próprios alunos e com os professores para estimular a compreensão do que foi lido, por isso o grupo era importante.

As salas eram decoradas com objetos feitos pelos próprios alunos, com o objetivo de proporcionar um ambiente de identificação com eles. Seguindo a orientação do programa, essa atividade era estimulada para as crianças se sentirem mais participativas na composição da sala, o que tornava o local mais agradável e, conseqüentemente, também as aulas.

As epidemias, muito comuns na cidade nesse período, eram outro problema pensado pelos educadores, pois a doença impossibilitava qualquer atividade, tanto mais o estudo. Os intelectuais defendiam o higienismo: mente sã, corpo são. Cuidar da saúde do povo era emancipá-lo, tirando-o da degradação física e

moral. As salas do Instituto foram projetadas com essa preocupação: boa ventilação, boa iluminação e controle da umidade. Tanto as salas de leitura como a biblioteca, criadas em 1932, possuíam iluminação natural, proporcionada por pelo menos duas grandes janelas e luz artificial feita por luminárias.

O trabalho com a postura dos alunos era evidente quando se examina o mobiliário da biblioteca. Havia poltronas de madeira com espaldar alto, inclinado a 60 graus do solo, permitindo que os pés tocassem o chão. Já o encosto formava um ângulo de 90 graus, e havia apoio para os braços. Os alunos ficavam com a coluna ereta, executando a leitura de forma sadia e proveitosa (VIDAL, 2001:242). Só com saúde o corpo estava apto à aprendizagem.

O espaço da biblioteca era próprio só para a leitura, sem outras atividades como as desenvolvidas nas salas, o que é demonstrado pela ausência de mesas. Havia apenas local de descanso para os livros. Não havia muitos espaços coletivos, as poltronas individuais eram separadas por uma distância que variava de meio a um metro. Portanto, os debates, preenchimentos de fichas ou outra prática qualquer só eram realizados nas salas.

O relógio era outro objeto que pertencia à sala. A fim de controlar o tempo da leitura, mostra a preocupação em adequar a prática pedagógica à modernidade, que exigia disciplina na administração do tempo. A escola deveria formar o cidadão, o futuro trabalhador, que desde cedo deveria se adaptar a essas exigências.

## **Usos dos espaços de leitura por Delgado de Carvalho**

Na década de 1930, o Instituto de Educação tornou-se um laboratório do projeto dos “Pioneiros da Educação Nova”, do qual Anísio Teixeira, como Inspetor da Educação Pública do Distrito Federal, e Lourenço Filho, como Diretor do próprio Instituto, tinham o controle administrativo.

Assim como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira também tinha consciência da importância da formação de professores para

o sucesso da reforma educacional. As transformações do Ensino Normal continuaram. Para Lourenço Filho, a antiga forma era tradicional e seguia um padrão francês, no qual se aprendia a ensinar vendo mestres experientes. A nova fase tinha como objetivo implantar o padrão americano de investigação científica.

Para atingir esse objetivo, o currículo foi modificado. O ensino secundário foi equiparado ao do Colégio Pedro II, referência nacional. A parte profissional teve seu nível elevado ao universitário, com bases inteiramente novas. A formação de professores passou a abranger estudos permanentes de problemas da nossa cultura:

Os problemas de cultura geral continuam a existir, e uma das maiores preocupações do ensino, na Escola de Educação, é dar aos futuros mestres a conveniente atitude de tê-los como permanentes, por toda a vida (LOURENÇO FILHO, 1937).

Entre as modificações feitas, estava a introdução da disciplina de Sociologia Educacional, confiada a Carlos Delgado de Carvalho. Filho de brasileiros exilados na Europa, após a queda da monarquia, formou-se em Sociologia na *École Libre des Sciences Politiques* na França, onde nascera e ficara até a juventude. Era um dos poucos profissionais no Brasil com tal formação e coube a ele a elaboração do programa da disciplina: o professor deveria aprender a compreender com base em padrões científicos o meio social onde iria atuar e, com isso, identificar o objetivo social dos programas de ensino e organização escolar.

Uma preocupação comum de Delgado de Carvalho e Lourenço Filho era o método de ensino a ser utilizado na disciplina. O ensino baseado na simples oralidade, a verbologia, em que os alunos adquiriam um conhecimento pronto, cópia de formas exteriores, sem a compreensão do espírito que os devia animar, deveria ser evitado. Sendo assim, outros processos deveriam ser privilegiados, como os seminários e as investigações dirigidas e livres, pois por meio destas os alunos estudariam o histórico de cada matéria, sob forma genética:

...só então, à luz desses dados e, em face dos modernos processos de verificação da aprendizagem, e do alcance social de cada matéria, é que passam a encarar os processos didáticos sem significação em abstrato (LOURENÇO FILHO, 1937).

Desta forma, a leitura tinha papel muito importante. Lourenço Filho acreditava que a biblioteca era fundamental para uma escola, por ser espaço para ler, o que, contudo, deveria ser feito com orientação de técnicos da educação, pois do contrário poderia se tornar instrumento vago e incerto.

No artigo *Dissertações em sala de aula*, publicado na revista *Arquivos do Instituto de Educação*, que tinha o propósito de publicar pesquisas educacionais com base científica realizada por professores do Instituto, Delgado de Carvalho fala da importância da leitura. Para o autor, esta deve ser a preocupação fundamental e descreve como deve ser feita: de forma atenta, parágrafo por parágrafo, meditando sobre a extensão e compreensão dos termos principais. O dicionário deveria ser utilizado. Para Delgado de Carvalho (1934:106),

É por meio da leitura que o aluno sai da aridez do sumário e sente nascer interesse pelo assunto: é como uma janela aberta pela qual se vê uma paisagem nova e adivinha as belezas de outros pontos de vista. A leitura, além disso, serve para provocar o espírito crítico do debate e guiar o senso histórico na discussão do grupo.

A sala de Sociologia era um espaço de leitura criado para que os alunos desenvolvessem essas propostas do professor. Para sua análise, será utilizada novamente a etnografia na perspectiva proposta por Hernandez Diaz (2002:231), que permite compreender a realidade desse passado por meio dos objetos que compunham a sala ou pela ausência destes:

os objetos da escola nos ajudam, junto a outras fontes de informação, a fotografar a vida interna de uma instituição

educativa e seus nexos em um ponto histórico determinado, mas também a compreender o processo coletivo de transmissão de conteúdos, valores e formas de vida de uma sociedade.

Para Delgado de Carvalho, as mesas deveriam ser altas e coletivas, para que em grupo se pudesse ler, refletir e confrontar opiniões de autores, professores e colegas:

É preciso verificar o que os outros pensam sobre o assunto. A conversação e a discussão, com colegas ou com pessoas que cuidam do mesmo assunto, nos dará o que os outros pensam. O que já pensaram será verificado especialmente nos livros (1934 : 106).

O mobiliário consistia em armários que abrigavam alguns exemplares dos livros mais usados, como dicionários e manuais, para que as pesquisas fossem realizadas não só na biblioteca, mas também na própria sala, que se transformava numa “oficina de trabalho”. A amplitude da sala permitia abrigar vários materiais. Estes eram essenciais no método de Delgado de Carvalho, que combatia as aulas baseadas na oralidade: era feita apenas uma pequena introdução para depois se lançarem as questões com a bibliografia a ser pesquisada, e os resultados deveriam ser apresentados em forma de seminário pelas próprias alunas. Assim, suas características também deixam indícios da conduta esperada para aquele local. A sala de trabalho de Delgado de Carvalho revela o comportamento que desejava de suas alunas: a reflexão, a discussão, a pesquisa, o debate.

As mesas altas tinham como objetivo proporcionar a postura adequada à leitura, uma questão de saúde para os adeptos da Escola Nova. A postura correta era essencial para a atividade, pois só com saúde física haveria saúde mental para compreender o que se lia. Nesse período, as mesas foram alvo de discussão entre vários educadores, que associavam o tipo de carteira à melhoria da aprendizagem, na medida em que poderia trazer maior liberdade

para os alunos. A *Página de Educação*, coluna publicada diariamente no *Diário de Notícias*, trouxe a público a polêmica gerada por conta da substituição da tradicional carteira escolar pela mesa e cadeira. Nessa defesa, a antiga carteira é assim classificada por Frota Pessoa:

A proscricção da velha carteira escolar, symbolo da coacção, da immobilidade, que eram os princípios cardeaes da escola antiga, seria um índice de renovação, caracterizada pelo abandono de um móvel inteiramente condemnado, e que figurará, em breve, nos museus, ao lado da palmatória e dos emblemas caricaturaes e humilhantes, com hoje já são velhas peças de archivo, – o tronco, a gargalheira e o chicote do feitor, em uso antes da abolição (FROTA PESSOA – *Diário de Notícias*, 04/08/1931).

Outros objetos da sala de Sociologia ajudam a entender a metodologia usada por Delgado de Carvalho. O relógio era pendurado à vista de todos, a fim de contabilizar o tempo de leitura e a apresentação dos seminários feitos após cada capítulo, numa forma de adaptação ao ritmo da modernidade. Na sala não havia um lugar de destaque para o professor, pois ele não era o centro da atividade: a aula era um ponto de reunião para discussão, sob a orientação do mestre, que criticava, corrigia, explicava, mas evitava a exposição do ponto de vista sob forma de conferência. A arrumação das mesas privilegiava isso, visto que não eram individuais nem tampouco arrumadas em fileira, sem um ponto central, tendo todos a mesma importância no espaço.

O Instituto de Educação é um marco da educação nacional, à medida que serviu de palco para as mudanças na pedagogia de seu tempo. Escolano (1998) alerta que, assim como as residências se transformaram ao longo do tempo, o espaço da escola também é fruto do contexto em que foi construído. Planejado por Fernando de Azevedo, com a intenção de mostrar a ruptura, o prédio é capaz de transmitir para a posteridade características da prática dos profissionais de Educação do passado.

A utilização das salas como espaço de leitura mostra a importância que tinha esse aprendizado no projeto escolanovista. No

Instituto, não só a biblioteca era utilizada para tal, mas salas de outras disciplinas: as estantes, as mesas coletivas, os livros nas salas mostram a mudança do ensino tradicional, que valorizava o individual e a oralidade.

A arquitetura é capaz de revelar as opções feitas pelos responsáveis pela educação de seu tempo. Sendo o Instituto de Educação uma instituição pública, sua construção é capaz de revelar as opções dos educadores Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Delgado de Carvalho. Desta maneira, fica clara a intenção de implantar as idéias do Movimento da Escola Nova, do qual faziam parte a democratização do ensino, a transformação da prática educacional em um lugar para técnicos, a reforma do ensino Normal, o higienismo e a mudança na aprendizagem da leitura.

Por meio da análise da arquitetura dessa escola, é possível perceber a comunicação entre quem planeja a educação e os professores que a realizam. A ausência ou presença de determinados objetos ou a utilização da própria construção revelam pistas da cultura material escolar e esta não se isola das idéias de seus governantes, à medida que é complexa, envolvendo a arquitetura, os objetos e o próprio ideário. Para entendê-la, não basta ler decretos ou leis – é necessário estudar as outras dimensões.

## Notas

<sup>1</sup> Mestranda em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Programa de Pós-graduação em Educação – Proped. Linha de pesquisa: Instituições, Práticas Educativas e História. Orientadora: Profa. Ana Chrystina Venâncio Mignot.

<sup>2</sup> O Decreto 3281, promulgado a 23 de janeiro de 1928, implantou a reforma educacional Fernando de Azevedo. As principais linhas desta reforma eram: a construção de um sistema escolar para o Distrito Federal, remodelação do ensino primário, a renovação dos quadros do magistério, a disseminação da importância do espírito nacional e o estabelecimento de regras para o programa de edificação escolar. SISSON, Rachel. Escolas públicas do primeiro grau. Inventário, tipologia e história. In: **Arquitetura revista**, v. 8, FAU/UFRJ, 1990; FROTA PESSOA, José Getúlio. Medicina contra a carteira escolar. Rio de Janeiro, **Diário de Notícias**, 4 de agosto de 1931. VIDAL, Diana Gonçalves. Nacionalismo e tradição na prática discursiva de Fernando de Azevedo. In: **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, v. 37, 1994; VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar**: livros, leituras e práticas de formação docente do Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ Programa de Pós-Graduação em Educação – Proped. Linha de Pesquisa: Instituições, práticas educativas e História. Orientadora: Profa. Dra. Ana Chrystina Venâncio Mignot

**Endereço:** Rua Oito de Dezembro, 264/203 – Bairro Vila Isabel – CEP20550-200 Rio de Janeiro – RJ – Brasil E-mail: pacoel@bol.com.br Tels: (21) 22145461 e (21) 82587782

## **Referências**

DELGADO DE CARVALHO, Carlos Miguel. A dissertação em sala de aula. **Arquivos do Instituto de Educação**. Distrito Federal, 1(1):105-108, jun. 1934.

CARDOSO, Wanda, DELGADO DE CARVALHO, Carlos. **Curso de História da Civilização** - História Geral, 1ª série secundária, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935.

HERNADEZ DIAZ, Jose M. Etnografia e historia material de la escuela. In: BENITO, Augustín Escolano, DIAZ, Jose Maria Hernandez. **La memória y el deseo cultura de la escuela y educación deseada** (coords), 1. ed. Valencia: Tirant lo blanch, 2002.

ESCOLANO, Augustin. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: FRAGO, Antonio Vinao; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo, ZARANKIN, André. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. In: **Pro-Posições**, revista quadrimestral da Faculdade de Educação-Unicamp, v. 16, n. 1(46), jan./abr., 2005.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. A formação do professorado primário. **Arquivos do Instituto de Educação**. Distrito Federal, 1(3), mar., 1937.



## **Abstract**

This work analyzes the use of reading spaces aimed at reading in Instituto de Educação, school spaces idealized by Fernando de Azevedo in the position of General Inspector of Public Instruction for the formation of teachers in Distrito Federal. Among the several educators who followed Escola Nova educational concept working in that institution, this analysis focuses on Carlos Delgado de Carvalho. For this professional, who had been educated in France, reading was very important to learn any subject, and when he taught Educational Sociology, classroom and library were proper spaces for such an activity. The study of the architecture of those areas reveals characteristics of the school material culture in the decade of 1930.

**Keywords:** Escola Nova, architecture, school material culture, spaces and reading.